

A Grande Guerra nas Colónias Portuguesas

Coronel Prof. Doutor Luís Alves de Fraga

Resumo

A Grande Guerra foi um marco fulcral e decisivo de mudança política na vida nacional até quase ao começo dos anos trinta do século passado. Contudo, não foi o conflito bélico que deu importância aos territórios ultramarinos de África. Eles eram uma herança recebida da Monarquia e integralmente assumida pela República. Julgamos que poderemos ir até mais longe na nossa afirmação: as colónias eram desejadas pelos republicanos para mostrarem ao país e ao mundo quanto poderiam fazer de diferente na administração dos territórios de além-mar, patenteando os erros coloniais da Monarquia. Esse era o objectivo dos mais conscientes republicanos, que olhavam as províncias do ultramar como fonte de progresso local e nacional. Desta feita, a República assumiu para si responsabilidades coloniais que, ao contrário de enjeitar, acalentava, na lembrança da defesa de um património recebido da gesta heróica dos descobridores dos séculos XV e XVI.

É segundo este enquadramento estratégico que nos iremos debruçar ao traçar a problemática desta exposição, tendo como objectivo recordar e realçar o que foi a Grande Guerra nas colónias de Angola e Moçambique, passando pelas motivações absconditas da beligerância nacional e pela razão por que, a par de uma defesa local, era inteligente o empenhamento na frente de combate em França. Dissociar a guerra no ultramar da guerra na Europa correspondia a um erro de cálculo político, cometido por alguns, mas escorraçado por aqueles que possuíam a visão abrangente de que a defesa de Portugal não se fazia só dentro dos seus territórios.

A Grande Guerra nas Colónias Portuguesas

Coronel Prof. Doutor Luís Alves de Fraga¹

1. Introdução

Julgamos que abordar o tema “A Grande Guerra nas Colónias Portuguesas” obriga a, antes do mais, colocar a Grande Guerra no contexto da 1.^a República, porque aquela foi, directamente, de facto, o eixo determinante de toda a política portuguesa entre Agosto de 1914 e Dezembro de 1918 e, indirectamente, estendeu a sua influência até 1926 ou, mesmo, 1928. Como simples parêntesis confirmativo do nosso raciocínio, não foi um mero acaso ter sido entregue o comando militar e político da revolução de 28 de Maio de 1926 ao antigo comandante da 2.^a Divisão do Corpo Expedicionário Português, a qual suportou o embate germânico na batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918. Poder-se-ão encontrar justificações formalmente correctas, mas, sobre todas, impor-se-á a figura do afamado general que comandou tropas nas trincheiras portuguesas da Flandres. É a imagem da Grande Guerra a reflectir-se na condução da política portuguesa.

A Grande Guerra foi, por conseguinte, um marco fulcral e decisivo de mudança política na vida nacional até quase ao começo dos anos trinta do século passado. Contudo, não foi o conflito bélico que deu importância aos territórios ultramarinos de África. Eles eram uma herança recebida da Monarquia e integralmente assumida pela República. Julgamos que poderemos ir até mais longe na nossa afirmação: as colónias eram desejadas pelos republicanos para mostrarem ao país e ao mundo quanto poderiam fazer de diferente na administração dos territórios de além-mar, patenteando os erros coloniais da Monarquia. Esse era o objectivo dos mais conscientes republicanos, que olhavam as províncias do ultramar como fonte de progresso local e nacional. Desta feita, a República assumiu para si responsabilidades coloniais que, ao contrário de enjeitar, acalentava, na lembrança da defesa de um património recebido da gesta heróica dos descobridores dos séculos XV e XVI.

É segundo este enquadramento estratégico que nos iremos debruçar ao traçar a problemática desta exposição, tendo como objectivo recordar e realçar o que foi a Grande

¹ Coronel reformado da Força Aérea, doutor em História, professor da Universidade Autónoma de Lisboa, membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar, investigador permanente do *Observare* (Observatório de Relações Exteriores), sócio efectivo da Revista Militar. Autor de vários livros sobre Portugal e a Grande Guerra.

Guerra nas colónias de Angola e Moçambique, passando pelas motivações abscondidas da beligerância nacional e pela razão por que, a par de uma defesa local, era inteligente o empenhamento na frente de combate em França. Dissociar a guerra no ultramar da guerra na Europa correspondia a um erro de cálculo político, cometido por alguns, mas escorraçado por aqueles que possuíam a visão abrangente de que a defesa de Portugal não se fazia só dentro dos seus territórios.

Para cumprirmos o objectivo exposto teremos de começar por abordar, ainda que sumariamente, a guerra e os seus antecedentes, passando, de seguida, pela situação política portuguesa em 1914, e por aquela que se criou nos anos de 1915 e 1916. Depois, estaremos em condições de, com maior soma de pormenores, nos debruçarmos sobre o que foi a guerra nos teatros de operações de Angola e de Moçambique. Acabaremos a nossa exposição com as conclusões que nos parecerem pertinentes.

2. A guerra e os seus antecedentes

Portugal foi, em 1910, como é sabido, depois da França, a segunda República no continente europeu onde prevaleciam ainda, em plena força, os regimes monárquicos. E, no século XX, foi a primeira. Constituiu assim, um exemplo da transformação política passível de se vir a operar na Europa.

Se, para as cortes do velho continente poderia ter sido uma ameaça ver surgir, com o beneplácito posterior, embora reticentemente exigente, da Grã-Bretanha, uma República, para a vizinha e monárquica Espanha a ameaça tornou-se mais ampla e mais perigosa. Quer dizer, por via do contexto exterior, o novo regime político português não estava, internamente, estável e consolidado. E essa falta de estabilidade e consolidação, já por causa das concepções iberistas que ainda existiam aqui ao lado, na Espanha, já por causa das ambições anexionistas da monarquia liderada por Castela, era uma ameaça à existência soberana e independente de Portugal. Assim, o Governo de Lisboa, não podendo dispensar os favores e a protecção diplomática da poderosa Inglaterra, tinha de saber jogar numa conjuntura onde o fortíssimo aliado britânico, por causa de qualquer reviravolta conveniente aos seus interesses nacionais, poderia transformar-se no seu maior adversário, deixando Portugal como província de Espanha. E devemos acrescentar, para reforçar o que acabamos de expor, que o quadro traçado não era, nem foi, um mero exercício de estrategistas de botequim; em determinados momentos, entre 1910 e 1914, ele tornou-se num perigo real e palpável para os detentores do Poder na capital do nosso país.

A eclosão da guerra, em Agosto de 1914, três anos e nove meses após a proclamação da República em Portugal, seguida do estranho pedido que Londres fez a Lisboa de não declarar a beligerância nem a neutralidade, numa clara e inequívoca manifestação de defesa dos interesses nacionais britânicos em detrimento da posição ambígua em que deixava o velho aliado português, colocou o nosso país no plano inclinado das soluções políticas negociadas às escancaras ou sigilosamente nas chancelarias da Europa. Os mais inteligentes e perspicazes políticos da 1.^a República perceberam de imediato que a Inglaterra, de franco aliado, passara à posição de potencial adversário do interesse nacional português. As condições estavam ali, à vista de toda a gente e isso mesmo, na altura, em correspondência privada, o declarou João Chagas, ministro plenipotenciário em Paris. Havia que alterar, de forma radical, a ambígua situação diplomática portuguesa de modo a acautelar a independência e a soberania.

Os sinais de perigo não se quedavam pelo quadro, muito genericamente, por nós acabado de debuxar. Desde os anos posteriores a 1885, data da conclusão da Conferência de Berlim, que tão perniciosos efeitos teve sobre as pretensões coloniais portuguesas em África, a Alemanha olhava avidamente para aquele continente, como, aliás, a Grã-Bretanha e a França, ambicionando criar ali uma parte do seu império colonial. E em Portugal havia conhecimento, já desde o final do século XIX, por um lado, da cupidez germânica e, por outro, da falta de lisura britânica, quando, em segredo, Londres e Berlim, negociaram mutuamente a partilha de Angola e Moçambique e outras menores colónias nacionais. Salvou-nos do esbulho a França, facilitando, sem pesadas contrapartidas, o empréstimo carecido e, também, a guerra anglo-boer que nos conduziu, pela primeira vez, à situação ambígua de não neutral e não beligerante para servir os interesses britânicos.

Outros sinais de perigo já tinham sido dados por parte da Alemanha: a indefinição da fronteira sul de Angola com a colónia germânica do Sudoeste Africano e a ocupação do chamado *triângulo de Quionga*, no Norte de Moçambique. Eram indícios claros a confirmar as suspeitas nacionais portuguesas.

Desconheciam-se, em Lisboa, as conversações mantidas entre Londres e Berlim, já depois de proclamada a República, para, mais uma vez, tentar espoliar Angola e Moçambique da soberania portuguesa. Havia desconfianças, mas não certezas.

Como acabámos de ver, em rápido esquisso, quando a guerra eclodiu, em Agosto de 1914, eram negras as nuvens no horizonte da segurança nacional. Cabe agora, julgamos, perguntar: — E, internamente, como era vista a situação?

3. A situação portuguesa perante a guerra em 1914

O conflito armado não foi uma novidade para os mais atentos observadores da política internacional, pois a corrida aos armamentos, por um lado, e a teia de alianças, com cláusulas secretas, unindo quase todos os Estados da Europa, por outro, indiciavam uma guerra já desde os primeiros anos do século XX. Em Portugal, pelo menos Afonso Costa já havia preconizado o confronto no célebre discurso proferido em Santarém, no ano de 1912. Quer dizer, não sendo o conflito uma novidade, os campos políticos nacionais tinham delineado estratégias para as posturas a adoptar perante a consumação dos factos. Assim, podemos afirmar que, em Portugal, a sociedade politicamente consciente se dividiu em dois blocos antagónicos: o dos defensores de uma beligerância a todo o custo e o dos que à guerra se opunham, aceitando, no mínimo que, a ter de ser arrastado para ela, todos os esforços se concentrassem na defesa do ultramar, especialmente nos territórios com vizinhança germânica.

Em Agosto de 1914, poder-se-ia dizer, a facção política contra a entrada na guerra era a preponderante na governação de Portugal, justificando a sua atitude no amparo que, esperava, viesse a ser dado pela Grã-Bretanha. Ora, aqueles que, como Afonso Costa, João Chagas e outros republicanos de visões mais amplas, olhavam a cena internacional com profundo realismo perceberam, de imediato, duas coisas: primeiro, tinha chegado o momento crucial de a Inglaterra fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para defender os seus interesses nacionais e, segundo, a defesa das colónias não se fazia efectivamente no ultramar, mas na Europa e, muito especialmente, tal como a tradição diplomática apontava, na conferência da paz que se seguiria ao conflito, depois de derrotada a Alemanha e os impérios centrais. Estavam, por conseguinte, estremados os campos, cada qual com as suas justificações.

De Agosto de 1914 a Maio de 1915 prevaleceram no Governo de Portugal, com uma única e curta excepção, os adeptos da não beligerância, ainda que dispostos ao empenhamento necessário à defesa das colónias de África. Foi necessário o movimento militar de 14 de Maio de 1915 para afastar de vez esta corrente política e colocar à frente dos destinos do país os simpatizantes de soluções mais ousadas, capazes de levar as tropas de Portugal ao teatro de operações da Europa onde, realmente, se discutiam e resolviam as questões periféricas.

4. A situação portuguesa em 1915 e 1916

O período que vai de Maio de 1915 a Março de 1916 foi o tempo de preparação política e diplomática para arrancar Portugal de um estatuto internacionalmente ambíguo — como já dissemos, não neutral e não beligerante — para o colocar na senda de uma clara e inequívoca beligerância activa.

Em abono da verdade e do rigor histórico, deve dizer-se que, quase no final do ano de 1914, a Grã-Bretanha tinha invocado a Aliança e uma possível participação na guerra para conseguir satisfazer o insistente pedido do Governo de França de modo a alcançar de Portugal a cedência de material de guerra ao Exército francês. Todavia, a par desta diligência, tinha solicitado a Lisboa o maior sigilo de modo a que internacionalmente o estatuto português se mantivesse o mesmo. Foi fácil, com a ajuda de um Presidente da República anti-beligerante, dar à França o que ela carecia, desguarnecendo Portugal do seu melhor material de artilharia. Depois de satisfeito o pedido gaulês Londres, com a conivência de Lisboa, “esqueceu” rapidamente a possível beligerância de Portugal.

Foi, em 1915, o Governo de Álvaro de Castro, que iniciou as medidas tendentes a retomar a beligerância secretamente pedida nos últimos meses de 1914, contudo, foi Afonso Costa, nos primeiros meses de 1916, quem preparou o clima político e diplomático necessário à renovação do pretérito pedido britânico. E isso fê-lo ao abrigo da Lei das Subsistências, quando deu a abertura para que Londres solicitasse a Lisboa a requisição de todos os navios mercantes alemães e austríacos que se haviam refugiado em portos nacionais no começo da guerra. O Governo britânico carente de tonelagem marítima solicitou os préstimos de Portugal, mas, desta vez, o Governo de Lisboa impôs que o pedido fosse formal e ao abrigo dos termos do mútuo apoio definidos na aliança anglo-lusa. A oportunidade de esclarecer a situação internacional portuguesa estava à vista e Afonso Costa não a deixou escapar.

A requisição dos navios alemães surtos no Tejo foi um evidente e inequívoco acto de afronta a Berlim, assumindo os contornos de uma conquista militar, que esperava como resposta a declaração de guerra, a qual veio poucos dias depois, a 9 de Março de 1916.

Finalmente, clarificava-se a posição internacional portuguesa. Finalmente, poder-se-ia fazer avançar para o teatro de operações europeu a força militar que iria garantir, de pleno direito, a presença nacional na mesa das conversações quando se fosse tratar da paz, após a vitória sobre a Alemanha. Finalmente, acontecesse o que acontecesse em África, a salvaguarda da soberania das colónias portuguesas estava indiscutivelmente na mão da diplomacia portuguesa. Finalmente, as Forças Armadas de Portugal iriam continuar a acção política através do uso da violência, abrindo caminho à acção futura da diplomacia.

5. A guerra em África

Depois das explicações sintéticas, mas imprescindíveis, que até aqui demos, podemos falar da Grande Guerra nos territórios da África Portuguesa, porque já somos capazes de a situar no plano periférico que lhe coube, embora não despreciando no conjunto das operações militares que Portugal desenvolveu na época.

Conquanto, como vimos, as posições políticas divergissem em Portugal, logo desde o começo das hostilidades, numa coisa todos foram unânimes: era necessário reforçar militarmente os territórios de Angola e Moçambique. Esse pensamento determinou a publicação do Decreto de 18 de Agosto de 1914, que mobilizava duas expedições para cada uma das províncias. Comandavam-nas os tenentes-coronéis Alves Roçadas e Massano de Amorim. O primeiro ia para Angola, defender-lhe a fronteira Sul e o segundo para Moçambique, reforçar a fronteira Norte.

Não foi em vão que se mandaram estes destacamentos — não muito numerosos — para aqueles territórios, pois, a 24 de Agosto de 1914, sem que nada o fizesse prever o pequeno posto de Maziúá, no Norte de Moçambique, foi atacado e dizimado por forças militares alemãs numa atitude de clara hostilidade.

Ataques idênticos foram feitos nos dias 19 e 30 de Outubro de 1914 sobre os postos de Naulila e Cuangar, na fronteira sul de Angola, tendo morrido dois oficiais portugueses e vários praças europeus e angolanos. Logo de seguida as forças militares alemãs, atacaram sucessivamente, Bunja, Sâmbio, Dirico e Mucusso. E tudo isto ocorreu sem que tivesse havido qualquer corte de relações diplomáticas com a Alemanha.

As acções desenvolvidas pelas forças germânicas no Sul de Angola justificaram que, logo em Novembro, fosse reforçado o destacamento que para lá tinha seguido. Desta vez marcharam cerca de 2400 homens de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

No dia 18 de Dezembro de 1914, estas forças bateram-se com tropas alemãs no combate de Naulila, como resultado de um forte contingente militar germânico, apoiado por hordas gentílicas, ter atravessado a fronteira e, ter gerado o recontro sangrento entre tropas que já esperavam o ataque. Para além da atitude declaradamente bélica que os Alemães assumiram o mais grave para a estabilidade da soberania portuguesa foi o facto de terem provocado a insurreição dos indígenas da região. A pacificação das populações revoltadas tornou-se difícil e empenhou forças europeias em número significativo e durante muito tempo.

Para se ser rigoroso no relato dos acontecimentos do Sul de Angola deve deixar-se dito que o combate de Naulila não constituiu uma vitória portuguesa, pois a força teve de retirar em consequência da superioridade germânica, mas, também, os Alemães não souberam ou não conseguiram explorar o sucesso obtido. Assim, recuaram para o Sudoeste Africano onde, pouco tempo depois, foram batidos pelas tropas da África do Sul às quais se renderam.

A 28 de Dezembro de 1914 foi mobilizado um novo reforço militar para a colónia de Angola, este, agora, com um efectivo de 4300 homens.

Todas as tropas sediadas no Sul da província ficaram sob o comando do general Pereira d'Eça, que, havia pouco tempo, tinha deixado de exercer as funções de ministro da Guerra. A este general se deve a pacificação dos Cuanhamas os quais, como foi referido, haviam entrado em estado de insurreição alimentado pelos Alemães.

Depois deste breve relato do que foi a campanha do Sul de Angola, não resistimos à tentação de pormenorizar um pouco mais os acontecimentos de modo a que se não fique com a falsa impressão de um conjunto de operações militares de reduzidas dimensões. Vejamos, pois, mais detalhadamente o que se passou desde o início das escaramuças até ao total empenhamento de milhares de homens em luta aberta.

Em Angola tudo começou por uma pequena tentativa de uma força militar alemã que penetrou na fronteira Sul sem a devida autorização, desculpando-se que vinha em perseguição de um desertor, facto que veio a provar-se ser falso. Em face da intrusão militar germânica, as autoridades militares nacionais deram ordem para que um exíguo destacamento fosse ao encontro dos alemães e pedisse explicações, o que veio a acontecer. Entretanto, o comandante da força portuguesa entendeu por bem que o responsável pela força alemã deveria ser recebido pela autoridade militar competente e a ela pedir autorização para a sua entrada em território de Portugal. Na deslocação que fizeram os três responsáveis alemães, primeiro dispuseram-se a cooperar, mas, depois, mostraram desejo de fugir, sendo disso demovidos pela acção do oficial português, o qual, em consequência, se viu ameaçado pela arma do chefe da força alemã. Em face da situação criada, o oficial português deu ordem a um militar do seu comando para abater o oficial alemão o que se verificou. Os outros dois, que fugiram, acabaram também mortos.

Na sequência destes acontecimentos, uma força militar germânica mais poderosa invadiu uma parte do território onde ocorreram os factos relatados e atacou o posto de Cuangar, matando, como já foi dito, dois oficiais portugueses, um sargento e cinco praças

europeus, saqueando e incendiando as instalações do posto em questão. O mesmo foi feito a uma série de pequenos postos militares portugueses nas vizinhanças daquele. Tratou-se claramente de um desforço germânico sobre os Portugueses por causa do incidente anterior.

Em face das ocorrências o tenente-coronel Alves Roçadas determinou uma série de medidas cautelares. Isso não impediu que, a meio do mês de Novembro, uma força militar alemã, agora francamente mais forte, invadissem parte do território do Sul de Angola em atitude marcadamente hostil. Foi sobre Naulila que as tropas alemãs resolveram fazer incidir o ataque, no dia 18 de Dezembro de 1914. Este foi renhido, mas, face à superioridade alemã, ao melhor armamento e disposição no terreno, ao cabo de várias horas de fogo e com baixas significativas, as tropas portuguesas viram-se na necessidade de retirar.

Como consequência dos desaires militares ocorridos, Roçadas tomou uma série de medidas, entre elas a de mandar preparar militarmente um reforço de europeus residentes em Moçâmedes para completar os efectivos que lhe faltavam. Contudo, mesmo socorrendo-se de tais expedientes, as tropas que conseguiu armar não eram suficientes para preparar uma acção de retaliação sobre o território alemão ao Sul de Angola.

Com a chegada da expedição, comandada pelo general Pereira d'Eça, no ano de 1915, houve que preparar com todo o rigor as operações de modo a poder ter-se êxito na acção contra os Alemães. E o principal dos esforços foi a criação de postos de apoio logístico ao longo de toda a linha de comunicações, já que a base de operações ficava a mais de quinhentos quilómetros do porto de desembarque. Nestes trabalhos gastaram-se alguns meses, de tal forma que, a 12 de Julho de 1915, foi recebida a notícia da rendição dos Alemães às tropas da África do Sul, que, entretanto, haviam invadido o território do Sudoeste Africano com cerca de 50 000 homens, pela zona Sul.

O projecto inicial foi transformado pelo general Pereira d'Eça, de modo a permitir a submissão dos Cuanhamas, que os Alemães haviam sublevado contra os Portugueses. Tratava-se de uma operação que implicavam a ocupação efectiva de cerca de 20 000 quilómetros quadrados, de Norte a Sul, entre o paralelo 16º e a fronteira Sul de Angola, e de Oeste a Leste, entre o Cunéne e a mulola Caundo.

De toda a operação de perseguição e subordinação dos Cuanhamas deve destacar-se o recontro de Môngua onde as forças nacionais tiveram de enfrentar alguns milhares de combatentes daquela etnia, armados com espingardas de boa qualidade. As baixas

portuguesas foram de mais de quarenta homens entre oficiais e praças. Depois deste, travaram-se sucessivos combates com as forças indígenas.

De todas as operações, que decorreram entre os anos de 1914 e 1918, tiveram os Portugueses um total de 810 mortos, dos quais 635 por doença. Ficaram feridos 311 militares e incapazes de todo o serviço 372, o que perfaz um total de 1493 baixas, entre europeus e africanos.

Este foi o resultado de uma campanha que se desenrolou, na maior parte do tempo, quando ainda Portugal tinha internacionalmente a situação ambígua de não neutral e não beligerante.

Passemos, agora, a Moçambique.

Nesta colónia as operações militares contra os Alemães só começaram, efectivamente, a 10 de Abril de 1916 quando as tropas portuguesas, na sequência da declaração de guerra a Portugal, ocuparam o chamado *triângulo de Quionga*, espaço territorial que nos pertencia por direito histórico, comprovado pelo acordo entre a França, a Inglaterra e a Alemanha que, em 1890, havia estabelecido o rio Rovuma como fronteira sul da colónia da África Oriental Alemã e do qual havíamos sido esbulhados pela Alemanha em 1894.

Deve dizer-se que para a campanha de Moçambique enviaram-se de Portugal, entre 1914 e 1917, quatro expedições militares, perfazendo um total de cerca de 20 000 homens aos quais se juntou um grande contingente de *landins* e de *macuas*, formando 30 companhias de Infantaria e 5 baterias de metralhadoras, para além de elevado número de carregadores indígenas.

As operações continuaram quando, a 27 de Maio de 1916, com o apoio de dois navios de guerra, se tentou a travessia do Rovuma, por alturas dos postos de Namaca e Namirango. Contudo a operação não foi bem sucedida devido à resistência oferecida pelos Alemães. Mas a 19 de Setembro, com o auxílio do fogo feito pelos navios de guerra, três colunas portuguesas atravessaram o rio Rovuma, estabelecendo-se as testas-de-ponte a norte daquele rio. Em ligação com os Ingleses, foi decidida a ocupação de Nevala. O primeiro ensaio foi repellido pelos Alemães, mas, em Outubro, é de novo tentado o empreendimento e a 22 o inimigo é repellido da ribeira de Nevala, cuja posse era fundamental para quem pretendesse a ocupação. No dia 26 deu-se a junção das duas colunas que intentavam a acção sobre o forte de Nevala. Impunha-se a exploração do sucesso e, com mais alguns reforços recebidos da retaguarda, avançou-se, mas a resistência

inimiga foi terrível em Quivambo. A retirada sobre Nevala tornou-se inevitável, em face da superioridade alemã. As forças germânicas continuaram o ataque e chegaram a Nevala em 22 de Novembro. A posse do planalto era essencial. As tropas portuguesas, sem apoios da retaguarda, bateram-se durante doze horas no chamado *posto da água* ao cabo das quais foram vencidas, seguindo-se o cerco do posto de Nevala, que se encontrava rodeado. Aguentaram as tropas nacionais o ataque até ao dia 28, data em que, a coberto da noite, retiraram para o Rovuma. Foi dramático este movimento táctico, que não deixou de ser interceptado por pequenas forças germânicas. No dia 30 a tropa portuguesa já exausta, conseguiu atravessar a vau o Rovuma na direcção de Nangadi.

Entretanto, as forças britânicas e belgas haviam obrigado a defesa alemã a confinar-se a uma faixa de terreno entre os rios Rufigi e Rovuma. Comandava os germânicos o então coronel Von Letow Vorbeck. Esta força, em 1915, não ia além de 2998 europeus e cerca de 11 300 soldados *ascáris*. Era uma tropa muito bem treinada e, também, muito disciplinada.

Von Letow abandonou os conceitos clássicos, na época, de fazer a guerra e optou por transportar para África os princípios napoleónicos do constante movimento, vivendo à custa do inimigo com desprezo absoluto pelas linhas de comunicação e pelos depósitos que poderiam ser constituídos. Importante para ele era não parar e conservar o adversário desorientado com as permanentes mudanças de situação e, por conseguinte, com a variável geometria de um possível ataque. Mantinha inalterável a tensão, exercendo a ofensiva sobre a retaguarda dos Aliados e sobre postos de pequenas guarnições onde sabia que poderia recolher armamento e munições para continuar a sua correria. Pode afirmar-se que foi um precursor da moderna guerra de guerrilha.

Por causa das suas concepções estratégicas de fazer a guerra na costa oriental de África os Alemães, em Março de 1917, lançaram dois *raids*, um na direcção de Tabora e outro à colónia britânica de Niassalândia através do Rovuma, seguindo o rio Lujenda. Este último *raid* foi obrigado a manter-se junto ao Rovuma graças à actuação conjugada de Britânicos e Portugueses. A 21 de Novembro forças importantes germânicas renderam-se em Nevala. Entretanto, Von Letow Vorbeck avança para Oeste e não se rende, surpreendendo as forças portuguesas, no dia 25 de Novembro, em Negomano. O destacamento nacional era comandado pelo major Teixeira Pinto que ofereceu grande resistência perante um inimigo mais poderoso. Foram nove horas de luta consecutiva. Depois de o comandante e vários oficiais portugueses terem morrido no seu posto, faltaram as munições. As baixas entre as tropas alemãs foram significativas.

Von Letow continuou na utilização da tática que o tornou famoso, evitando grandes combates, mas sobrevivendo à custa do inimigo. Deu sempre larga liberdade aos seus comandos subordinados para improvisarem tanto quanto fosse possível e desejável exigindo-lhes, contudo, que se agentassem até enquanto fosse viável a resistência.

A 4 de Dezembro de 1917, tropas britânicas desembarcaram em Porto Amélia para reforçarem o dispositivo nacional, já que as baixas portuguesas eram mais elevadas por causa do clima do que por razões de desgaste em combate. Verdade seja dita que, no início da campanha e durante toda ela, as faltas materiais e pessoais foram notórias, devido a um grande desconhecimento do que fazia falta em África e das condições em que por lá se combatia. Depois, acrescia a carência de meios financeiros para suprir as faltas e, também, bastas vezes, a ausência de ânimo, de experiência militar colonial e de iniciativa para improvisar e ultrapassar as dificuldades.

O comando de todas as operações foi entregue ao general comandante das forças britânicas, o bóer Van Deventer. Entretanto, já durante o mês Dezembro de 1917, os Alemães apoderaram-se do importante depósito de Nanguar e, no dia 3 travou-se, na serra de Mecula, um renhido combate que durou três dias, ao cabo dos quais o capitão Curado teve de se render, depois de lhe morrer o tenente Viriato de Lacerda. Os sobreviventes não foram feitos prisioneiros, pois tal atitude só iria retardar a velocidade dos movimentos das forças alemãs. A duas centenas de quilómetros de distância, no dia 27, caiu em poder do adversário o posto de Montes Oizulos.

Von Letow, impossibilitado de manobrar junto ao litoral, internou-se pelo território de Moçambique e, em Março de 1918, encontrava-se já na margem direita do rio Ligonha. Atacado por forças britânicas e portuguesas, conseguiu fazer uma manobra de dispersão, aproveitando para assaltar depósitos de abastecimentos. Atravessou o rio Licungo, acometendo, em 1 de Julho, as tropas aliadas em Namacurra, a quarenta quilómetros de Quelimane. Combateu rijamente contra tropas portuguesas, desistindo de ocupar aquela cidade e porto de mar, optando por uma fuga para Norte, nos dias seguintes, evitando sempre ser envolvido pelas tropas anglo-lusas. A ameaça de Von Letow foi de tal monta que o comando português se deslocou para Quelimane e o britânico para a ilha de Moçambique, de modo a, de mais perto, poderem controlar as operações.

Nos meses de Agosto e Setembro o comandante alemão avança sobre o lago Niassa, atacando postos ingleses. As tropas estavam bem abastecidas, bem armadas e municadas, embora o material já não fosse, nessa época, o de origem, mas sim aquele que foi sendo obtido por saque às forças aliadas. Contudo, do ponto de vista físico, a doença

campeava, então, entre os extenuados militares alemães. O esforço a que Von Letow os sujeitou foi superior à sua própria capacidade.

A 28 de Setembro, as tropas germânicas, em Mitomoni, abandonam o território de Moçambique. Eram, então, já só 150 europeus e 1200 *ascáris* seguidos de cerca de 3 000 outros indígenas que serviam de carregadores.

Militarmente não se podem negar extraordinárias capacidades de comando, liderança e chefia a Von Letow Vorbeck e, quanto mais bravo é o adversário, tanto mais honra tem quem o soube combater e resistir-lhe.

Resta-nos fazer, agora, o balanço final da campanha de Moçambique.

Assim, de uma análise detalhada das operações militares, conclui-se que não houve a preocupação de criar as condições mínimas ao sucesso das tropas nacionais quer porque estas estavam altamente desmotivadas, quer porque se descurou a organização dos mais elementares pormenores aquando da instalação das quatro expedições mandadas de Portugal. No plano das perdas humanas verificamos que se registaram elevadas baixas entre as tropas europeias e as africanas. Temos 4811 mortos, a maioria por doença, dos quais 25 oficiais e 1982 sargentos e praças europeus; 301 feridos, dos quais 11 oficiais e 49 sargentos e praças europeus; 1283 militares incapazes para todo o serviço, dos quais 35 eram sargentos e praças europeus. Quer dizer, a campanha de Moçambique custou a Portugal exactamente 6395 baixas.

Chegados a este ponto da nossa exposição há que extrair algumas conclusões breves.

6. Conclusão

Do estudo de toda a participação militar portuguesa na Grande Guerra temos de concluir que a República herdou da Monarquia umas Forças Armadas mal preparadas para qualquer tipo de operação militar, nomeadamente no que toca aos teatros de guerra coloniais. Acima de tudo, faltava a capacidade organizativa, o treino e o exercício para suportar árduas condições de combate. O imprevisto, ditado pela falta de conhecimentos, foi a solução achada por quase todos os comandantes portugueses durante as operações militares em África, na Grande Guerra.

A ocupação efectiva estava muito longe de ser uma realidade, daí que facilmente os gentios se revoltassem contra a soberania portuguesa. A fixação de europeus nas zonas ricas do interior das colónias portuguesas não estava feita, sendo difícil a mobilização de

tropas para defesa dos territórios, ao contrário do que acontecia com os ingleses e os alemães.

O pouco tempo de governação republicana não chegou para suprir erros de várias dezenas de anos de descuidos monárquicos.

Finalmente, temos de reconhecer que, em face de toda a gama de dificuldades com que se bateram os soldados de Portugal nos territórios de Angola e de Moçambique, o seu esforço foi, acima e para além de tudo, heróico, pois, ultrapassando as deficiências estruturais, souberam, uma vez mais, cumprir muito para além do dever, ultrapassando-se e vencendo-se, graças a um elevado espírito de sacrifício que caracterizou e caracteriza o Povo português.

Lisboa, 19 de Outubro de 2010

Bibliografia

CASIMIRO, Augusto — *Naulila: 1914*. Lisboa: Seara Nova, 1922.

FRAGA, Luís Alves de — *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FRAGA, Luís Alves de — *Naulila: 1914*. In AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra*. Matosinhos: Quid Novi, 2010, p. 144-146.

FRAGA, Luís Alves de — *O Fim da Ambiguidade. A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*. Lisboa: Universitária Editora, 2001.

FRAGA, Luís Alves de — *Portugal entre as colónias e a Europa*. In AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra*. Matosinhos: Quid Novi, 2010, p. 140-142.

MARTINS, Ferreira — *Portugal na Grande Guerra*, 2.º vol. Lisboa, Ática, 1935.

TELO, António José — *Campanha de Moçambique: 1914-1915*. In AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra*. Matosinhos: Quid Novi, 2010, p. 147-149.

TELO, António José — *Campanha de Moçambique: 1916-1918*. In AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra*. Matosinhos: Quid Novi, 2010, p. 427-436.